

Editorial

Há algum tempo verifica-se a retomada dos problemas da justificação de enunciados científicos ou confiáveis nas Ciências do Homem. As posições ditas pós-moderna ou/e pós-estruturalista têm sustando a impossibilidade da neutralidade ética nas ciências, o que têm sido entendidas, com frequência, como um “vale tudo”. Neste número apresentamos artigos que retomam outra linha de investigação conceitual, a de John Dewey, que permite um diálogo produtivo com as correntes contemporâneas e se opõe ao ceticismo radical. O que é explicitado no artigo de Marcus Vinicius da Cunha (John Dewey, o dragão céptico), bem como no de Érika de Andrade (O julgamento valorativo em John Dewey) e no de Jim Garrison (Introdução à teoria do raciocínio prático de Dewey).

Dewey rejeita, nos mostra Cunha, a concepção então corrente da perfeita determinação das coisas no mundo, retomando a posição de Aristóteles a respeito de sua mutabilidade e incerteza, pelo que é preciso adotar a atitude de prudência no que se refere aos assuntos humanos e naturais. Além disso, como mostra Andrade, o filósofo norte-americano considerava inaceitável isolar os juízos de valor de seu contexto, pois isso conduz a considerar que todos eles são bons e aceitáveis, instaurando um individualismo subjetivista ou um relativismo radical. Por outro lado, Dewey considera as concepções que pretendem reformar a moral dos indivíduos e da sociedade é prejudicial, pois se sustenta em teorias apriorísticas. Aquele filósofo considera que essa atitude espontaneísta, afirmando, mais uma vez, a incerteza e a necessidade da incerta escolha do melhor e do pior em seu contexto conflitual, o que requer o trabalho permanente da reflexão para decidir qual o percurso mais vantajoso para o grupo social. Jim Garrison, cujo artigo foi traduzido Cavallari, mostra que a relação meio-fins encontra-se no âmbito de uma proposição ética que propõe melhorar uma certa situação humana. As de-

mais racionalidades (a “pura”, técnica, interpretativa e comunicativa) integram o “raciocínio orgânico”, que é prático. Garrison sustenta a tese de que identidade nas posições de Dewey com as de Aristóteles, particularmente no que se refere à filosofia da prática (ou ética ou política), na qual Eros ou “desejo apaixonado” é o operador, afirmando que raciocinamos intencionalmente a respeito dos valores e objetos de desejo. Donde, os meios e o fins não serem separáveis por completo, ainda que alguns meios possam desaparecer após realizado o trabalho ao qual foi empregado. Garrison mostra que Dewey desenvolveu uma teoria da intencionalidade não teológica, parte de sua doutrina a respeito do raciocínio prático, sendo que, para o filósofo norte-americano, este raciocínio para estabelecer os “fins-em-vista” não são fixos, pois se conformam com os avanços da investigação, servindo de meios para sua atualização. Tem-se, assim, uma temática que pode ser entendida como um diálogo com Dewey que permite clarificar certos aspectos de um problema crucial: o da investigação científica na área Educação.

Tema que Laélia Portela Moreira trata em seu “Educação e pedagogia: a definição de um campo científico”, por meio de uma análise do debate ocorrido no Brasil desde 1950. Esse debate refere-se à uma certa identidade do “campo educacional” ora definido como ciência, ora como arte, ora como a expressão de ambas as características, envolve autores que tematizam as questões de metodologia da pesquisa. Moreira toma de Laudan a idéia de Tradução de Pesquisa, com a qual se opõe à noção de “paradigma” (Kuhn). Moreira procura caracterizar as diversas abordagens da educação e de constituição do “campo educacional” como “tradições de pesquisa”, mostrando que as propostas de constituição de uma ciência autônoma da educação, que aparecem em nossos dias, opõem-se à tradição dos anos 1950, que não considerava a pertinência de tal proposição. Os autores contemporâneos que assinalam a pertinência daquela ciência também enfatizam a fragmentação do objeto promovida pelas diversas ciências que tomam o fenômeno educativo para si, donde a necessidade de sua superação. Moreira tem a esperança de que o diálogo entre as partes envolvidas em tal debate permita constituir uma “nova tradição” na área, mas, no momento, não se percebe a existência daquela condição considerada inicial ou ponto de partida.

Em outro registro, mas ainda no âmbito conceitual, temos o artigo de Marcos Leite intitulado “Entre a *Kultur* e a *zivilization*: desvelando o *ethos* da formação (*Bildung*) burguesa”, em discute o desenvolvimento do conceito de *formação* na época Moderna (a partir do século XVIII até o XX) entre

os alemães e franceses que influenciaram de maneira profunda nossa concepção de processo educativo ou de formação humana. Para Leite, aquele conceito foi apropriado como um mito de formação, no que segue as interpretações de Adorno.

O exame de posições filosóficas ou de filosofias práticas continua no artigo de Luiz Leandro e Renata da Costa, “Um diálogo entre Ética e Educação ambiental no ensino superior: uma revisão da literatura”, que parte da constatação de que os autores sustentam que o desafio da educação ambiental é ético. Para Leandro e Costa a literatura a respeito do tema apresenta conceitos confusos, vagos, algumas vezes sem sentido. Os autores assumem uma posição no debate dizendo: “Deve-se observar que o caminho escolhido não seja apenas uma preocupação com as lógicas capitalistas de consumo, em que a intenção de fato é proteger os recursos naturais não por conta de uma ética que considere uma relação pautada em responsabilidades, mas tratando o meio ambiente como simples recurso, como algo que pertence e é subjugado pelo homem”.

Dalila Andrade Oliveira e Savana Diniz Gomes Melo (Trabalho docente e manifestações sindicais: conflito e resistência) apresentam uma pesquisa a respeito de lutas sindicais no Estado de Minas Gerais e em Belo Horizonte, nas quais verificam contornos de conflito e resistência face às modificações introduzidas pelas reformas educacionais decorrentes reestruturação econômica. As autoras consideram necessário um estudo mais aprofundado da situação, especialmente um mergulho “na intimidade do cotidiano escolar”. Para elas, a pesquisa relatada não traduz, em sua totalidade, a “complexidade da luta” dos professores, mas permite constatar a centralidade da defesa de direitos trabalhistas. Por outro lado, julgam que há um certo distanciamento entre as direções sindicais e seus representados, uma vez que os discursos dos primeiros expressam a “pouca sensibilidade e conhecimento” da realidade escolar. Consideram que a realidade forjada pelas reformas “indica que a escola não é a mesma do contexto em que o sindicato foi criado, e não se sabe até que ponto os seus dirigentes estão cientes disso”. Se assim for, os dirigentes sindicais distanciaram-se do que os professores consideram pertinente, produzindo-se um conflito entre ambos, além do relatado na pesquisa.

“A lógica de competência: uma análise da gestão da força de trabalho segundo as relações sociais de sexo”, produzido por Jacqueline S. F. Pereira e Fernando Fidalgo, considera que as inovações tecnológicas com base na

microeletrônica, bem como a reorganização da produção em geral, desencadearam alterações significativas nas relações sociais e no trabalho humano. Pelo que se divisa conflitos e resistências dos trabalhadores e trabalhadoras, que são mediados por um tipo de gestão de pessoas, o que foi examinado em uma fábrica de automóveis. Os autores verificaram que está ocorrendo a “feminização do trabalho”, face a reestruturação produtiva que requer relações de poder segundo uma certa lógica de competência, que as pessoas entrevistadas dizem estar na origem das conquistas femininas naquela fábrica. Essas pessoas consideram que certas competências socialmente atribuídas às mulheres são reconhecidas e valorizadas pela empresa, dentre elas a capacidade de adaptação às mudanças e a de efetivar várias tarefas, bem como as de comunicação, compromisso com a empresa. O artigo analisa os depoimentos e os conflitos existentes, mostrando que, de um lado, que o processo de “feminização do trabalho” inscreve mulheres em níveis hierárquicos mais altos e previamente considerados masculinos, e, de outro, no âmbito da produção, ocorrem conflitos entre papéis atribuídos à mulheres pela sociedade marcadamente patriarcal.

Tarso Mazzotti

Membro do Conselho Editorial